



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681635 - RS (2021/0228630-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JESSICA MARINS E OUTRO
ADVOGADOS : JÉSSICA MARINS - RS105665
CRISTIANO KISZEWSKI DA SILVA - RS108275
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DEIVID TAVARES SCOPEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DEIVID TAVARES SCOPEL em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (HC n. 5112638-46.2021.8.21.7000).

Segundo consta no *mandamus*, o paciente foi preso em flagrante por suposto crime contido na Lei 11.340/06, encontrando-se há mais 120 (cento e vinte) horas dentro de uma viatura policial aguardando vaga em estabelecimento prisional, além da peça exordial denunciar prováveis agressões contra o paciente, por policiais militares.

A decisão de primeiro grau homologou o flagrante e converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, momento no qual impetrou-se *writ* na origem, cuja liminar foi indeferida, impetrando-se, por conseguinte, novo *habeas corpus* perante este Sodalício.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A presente impetração é contra decisão que indeferiu liminar postulada em prévio *writ*.

O STJ firmou o entendimento de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
SÚMULA 691 DO STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE.
SUPERAÇÃO. CONTRABANDO. PRISÃO PREVENTIVA.
DESPROPORCIONALIDADE. CONSTRANGIMENTO
ILEGAL CARACTERIZADO. AGRAVO REGIMENTAL
PROVIDO.

1. Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

[...]

4. Agravo regimental provido para conceder *habeas corpus*, de ofício, e revogar a prisão preventiva imposta ao ora agravante, mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a critério do Juízo de primeiro grau.

(AgRg no HC 594.538/MT, Rel. Ministro RIBEIRO

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

Entretanto, a aplicação do referido verbete sumular pode ser afastada quando ficar caracterizado constrangimento ilegal manifesto, o que, à primeira vista, ocorre no caso em análise.

O paciente, segundo consta das fotografias anexadas à peça vestibular (e-STJ fls. 12/15), encontra-se algemado sob custódia da polícia dentro da viatura parada em frente à DPPA de Gravataí, juntamente com outro preso, exposto ao frio e as intempéries climáticas, em condições desumanas e degradantes devida a falta de vaga no sistema prisional.

A decisão do Tribunal de origem, conforme consta, foi genérica e carente de fundamentação, conforme segue (e-STJ fl. 23):

Não vislumbro, prima facie, ilegalidade na prisão do paciente, concessão liminar da ordem pleiteada, a qual indefiro. Abra-se vista ao Ministério Público.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, convém, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitar em regime de urgência informações atualizadas ao Juízo de primeira instância, sobretudo acerca da alegação de que o paciente aguarda em viatura policial.

Publique-se.

Brasília, 20 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência